



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REUNIÃO DO COMITÉ DE DIRECÇÃO DOS PROJETOS DO PNUD IMPLEMENTADOS PELO MINJUS E

PREPARACÃO DO COMITÉ DE DIRECÇÃO DO PROJETO:

*“APOIO AO CIDADÃO NO ACESSO À JUSTIÇA”*

SÍNTESE DA REUNIÃO

Maputo, Marco de 2014

i. Referências

- a. Data: 24 de Março, 2014
- b. Local: Sala de Reuniões do Ministério da Justiça
- c. Hora: 09:00 horas
- d. Orientação: Sua Excelência Ministra da Justiça

ii. Presenças

- Dr. Mathias Naab—Director do PNUD
- Sheila Santana Afonso, Secretária Permanente do Ministério da Justiça
- Dr. Custodio Duma— Presidente da CNDH
- Dr. Justino Ernesto Tonela – Director Geral do IPAJ
- Dr. Albachir Macassar – Director Nacional de DNDHC do Ministério da Justiça
- Dr. Samo Paulo. Gonçalves – Director Nacional... SERNAP
- Dr. Panachande Idrissa - Representante do Ministério do Interior
- Dr. Gaspar Pedro Moniquela – Director Nacional da Administração da Justiça
- Dra Hermínia Pedro – Directora de Planificação, Tribunal Supremo
- Dr. José Luís Macamo - Chefe da Unidade de Governação do PNUD
- Dra. Habiba Rodolfo—Especialista de Programas do PNUD
- Dr. Carlos Manhiça - Gestor de Projectos do GON – Ministério de Negócios Estrangeiros
- Armando Ubisse – Director Adjunto de Planificação, PGR
- Nara Ndgive – Técnica de Planificação, PGR
- Manafa Pildos – Técnico de Planificação do IPAJ
- Lucas Siteo – Assistente do Gabinete da Ministra da Justiça
- Elias Matsinhe – Adido de Imprensa do Gabinete da Ministra da Justiça
- Dr. Lívio Sarandrea - CTA do Projecto
- Dra. Ana Maria Alegria - Gestora Financeira

- Dr. Sérgio Miambo - Técnico da Direcção Nacional da Administração da Justiça -
- Dra. Maria de Lurdes Estêvão - Técnica do Departamento de Coordenação de Programas e Projectos Sectoriais do DNAJ
- Dra. Lúcia Constância Pene- Técnica do Departamento de Coordenação de Programas e Projectos Sectoriais do DNAJ
- Abdul Nazir Gulamo – Técnica do Departamento de Coordenação de Programas e Projectos Sectoriais do DNAJ
- Blessed Fabula -Técnico da Repartição de Apoio Geral do DNAJ

iii. Agenda:

- a. Relatório Final do PACAJ – Aditamento (Seguimento das acções pendentes do PACAJ em preparação da reunião \_\_\_\_\_)
- b. Relatório de progresso do projecto “Reforço do Acesso à Justiça, Estado de Direito e Protecção dos Direitos Humanos”Apreciação e aprovação do Relatório das actividades dos anos 2012 e 2013
- c. Plano Anual de Trabalho para 2014 do projecto “Reforço do Acesso à Justiça, estado de Direito e Protecção dos Direitos Humanos”
- d. Modalidade de gestão da componente do projecto “Reforço do Acesso à Justiça, estado de Direito e Protecção dos Direitos Humano sem suporte a Comissão Nacional Direitos Humanos
- e. Diversos

## INTRODUÇÃO:

Sob orientação e presidência de S.Excia a Ministra da Justiça Dr<sup>a</sup> Maria Benvinda Levi, decorreu na data e local supra indicados, a reunião do Comité de Direcção do Projecto "Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça", a qual contou com a participação dos representantes das organizações e instituições que constam da página anterior.

Segundo a ordem de trabalho da reunião, S.Excia Ministra da Justiça proferiu breves palavras de abertura desejando boas vindas aos participantes definindo o contexto do evento e a metodologia a seguir.

Em seguida o Sr. Director do PNUD em Moçambique convidado a proferir palavras de ocasião referiu se de forma sucessiva aos seguintes pontos:

- Importância do trabalho feito pelos Projectos Justiça como contribuição ao processo de desenvolvimento de Moçambique;
- Existência de pelo menos três resultados principais alcançados pelos projectos em análise: (i) a finalização de dois Palácios da Justiça; (ii) a remoção dos obstáculos para a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos e (iii) o apoio ao envolvimento pró-activo do Governo de Moçambique no processo de Revisão Periódica Universal;
- Necessidade de fechar os aspectos administrativos do projecto PACAJ que ainda estão abertos.

### I. Desenvolvimento dos pontos da Agenda:

Decorrida a parte introdutória da reunião, deu-se seguimento aos pontos previstos na agenda, tendo-se neste contexto apresentado o relatório resumo, documento circulado com a seguinte designação "Aditamento ao Relatório Final 2005-2015".

I.1 Na ocasião o documento apresentado pelo Gestor do Projecto o Sr. Gaspar Moniquela, que na ocasião discorreu sobre a seguinte estrutura temática cujos detalhes constam do anexo I .

- Enquadramento nas estratégias de desenvolvimento do Sector
  - Objectivos
- Resultados esperados
- PACAJ: Efeitos Sistémicos no Sector
- Seguimento das recomendações do CD
- Obrigações fiscais
- Resultados e benefícios patrimoniais
- Seguimento das questões da Carta da EU ao GdM

Na apresentação o documento suscitou a atenção dos participantes entre outros aspectos: (i). Reembolso do IVA a EU ao abrigo da convenção de financiamento; (ii). A decisão de entrada de funcionamento do Palácio de Malhinha condicionada ao apetrechamento do palácio; (iii). A inauguração oficial desta instituição;(iv). O seguimento dos aspectos chave constantes das cartas da UE ao Governo e ao PNUD com destaque na ultima que estipula o prazo de 30 dias para a sua contestação; (v). A necessidade clarificar os mecanismos de administração dos Palácios de Justiça

I.1.1 Referido -se aos pontos acima a Sra. Secretaria Permanente do Ministério da Justiça apresentou o actual estágio das diligências do governo para reembolso faseado do IVA, tendo assegurado que em recentes contacto com o Director Nacional da Contabilidade Publica, haver uma previsão de resposta no prazo de uma semana a partir do OE 2014 ainda sobre a mesma matéria o Gestor de Projectos do GON referiu-se sobre o procedimento geral das obrigações do governo relativamente ao IVA dando ênfase a necessidade de as instituições inscreverem nos seus orçamentos

- I.1.2 Relativamente ao funcionamento e inauguração do PJ foi destacada a necessidade de se acelerar...o processo de apetrechamento já em curso tendo se definido o prazo de 15 de Abril para a entrada em funcionamento e Julho para inauguração
- I.1.3 Sobre as cartas da UE a sessão tomou nota tendo remetido os aspectos em consideração a uma análise apropriada em curso nas instituições concernidas.
- I.1.4 Quanto ao mecanismo de administração dos palácios foi dado a saber que circulam as propostas do documentos normativos tendo em vista ao estabelecimento de normas de gestão de património comum, figura do administrador do PJ e da UGB

I.2 Foi, segundo a agenda apresentado o relatório agregado do desempenho do projecto Reforço do Acesso à Justiça, Estado de direito e protecção dos Direitos Humanos o qual obedeceu a seguinte ordem temática cujos detalhes seguem no anexo II

- o Objectivos do projecto
- o Metas acordadas para 2012 e 2013
- o Decisões Estratégicas e Metodologia de Implementação
- o Marcos Importantes do Resultado 6.4: Instrumentos inovadores para a justiça, desenvolvidos e implementados nos distritos e províncias seleccionados,
- o Marcos Importantes do Resultado 6.5 do CPD: Grupos vulneráveis, especialmente mulheres, cientes dos seus direitos e a usar os serviços da justiça nos distritos seleccionados.
- o Marcos Importantes do Resultado 6.6 do CPD: Comissão Nacional dos Direitos Humanos estabelecida e a funcionar.
- o Conclusões

O relatório pôs à consideração dos participantes entre outros aspectos: (i). O progresso das actividades realizadas com destaque nos resultados previamente definidos; (ii). A necessidade de adequar a modalidade de gestão do Projecto ao previamente estabelecido no documento do programa. Este procedimento decorre do facto de se reconhecer a existência de capacidade da CNDH de gerir de forma independente a parte do projecto que suporta o funcionamento desta instituição

- Em relação as actividades a sessão tomou nota dos progressos com base nas evidencias apresentadas no anexo em referêcia.
- Quanto a adequação da modalidade de gestão do projecto o presidente da CNDH convidado a pronunciar se manifestou se favorável com anotação de ter requerido a celeridade das diligências da contratação do oficial do projecto já em curso.

Relativamente ao plano de trabalho apresentado pelo CTA do Projecto importa clarificar, segundo o apresentador que na presente fase o mesmo diz respeito à 3 resultados a saber, cujos detalhes constam do anexo III.

- Resultado 6.4 do CPD: Instrumentos inovadores para justiça, desenvolvidos e implementados nos distritos e províncias seleccionados
- Resultado 6.5 do CPD: Grupos vulneráveis, especialmente mulheres, cientes dos seus direitos, e a usar os serviços de justiça nos distritos seleccionados
- Resultado 6.6 do CPD: Comissão Nacional dos Direitos Humanos estabelecida e a funcionar

Destes resultados prevê se o desdobramento dos planos uma vez concretizada e aprovada a separação dos documentos dos projectos

- Feita a apresentação o plano consubstanciado na matriz do anexo IV tendo reunido consensos foi aprovado.

Não tendo sido suscitado outras matérias no campo dos diversos constantes da agenda, a S.Excia. MJ congratulando-se com o desenvolvimento da sessão no que se refere a utilidade das matérias trazidas para o debate destacou entre outras acções a necessidade de:(i) O GON alertar as instituições governamentais sobre os procedimentos atinentes a matérias fiscais; (ii) promover – se eventos com os utilizadores dos palácios para a harmonização das normas; (iii).

Concepção de programas de interacção das instituições estabelecidas no Palácio de Justiça com a comunidade; (iv). Interacção entre os operadores da justiça formal e informal a nível distrital.

Recomendou por último o seguimento dos consensos havidos, apelando a necessidade da regularidade destas sessões.

a) \_\_\_\_\_

Maria Beatriz de Lencastre, Ministra da Justiça

b) \_\_\_\_\_

Matthias Nwab, Director do PNUD

c) \_\_\_\_\_ 25/04/14

Dr Custodio Duma, Presidente da CNDH

d) \_\_\_\_\_

Gaspar Moniquela, Gestor do Projecto

